



**MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS**  
**SECRETARIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL**  
**37ª REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE AUTORIDADES AEROPORTUÁRIAS**  
**(CONAERO) 2024**

**Local:** Ministério de Portos e Aeroportos, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 6º andar, Sala de Reunião Interativa e/ou videoconferência pelo Microsoft Teams.

**Data:** 10 de julho de 2024

**Horário:** 14h30

**Membros participantes:**

**Ministério de Portos e Aeroportos**

Tomé Barros Monteiro da Franca – Presencial

Thairyne Jéssica Martins de Oliveira - Presencial

Thiago Pereira Pedroso – Presencial

Júlia Lopes da Silva Nascimento - Presencial

Carlos Eduardo Gomes Souza - Presencial

**Casa Civil da Presidência da República**

Rafael Tavares dos Santos Almeida - Videoconferência

Sando Eli Malcher de Alencar - Videoconferência

**Polícia Federal – PF**

Marinho da Silva Rezende Junior – Videoconferência

Rodrigo Borges Correia - Videoconferência

**Receita Federal do Brasil – RFB**

Claudia Regina Leão do Nascimento Thomaz - Presencial

**Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA**

Ten. Cel. Alessandro (SDOP) – Videoconferência

Ten. Cel. João Carlos (SDAD) - Videoconferência

**Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**

Cristiano Gregis - Videoconferência

Rodolfo Navarro Nunes - Videoconferência

Wanda Fornaciari Augusto - Videoconferência

**Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA**

Fábio Florêncio Fernandes – Videoconferência

Maria Joana Baia Brito - Videoconferência

**Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC**

Giovano Palma - Presencial

Tarik Souza - Presencial

**Convidados:**

**Empresa Brasileira da Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO**

Paulo Eduardo Cavalcante – Videoconferência

**Aeroportos do Brasil – ABR**

Tiago Bonvini - Presencial

**Associação Brasileira das Empresas Aéreas – ABEAR**

Jurema Camargo Monteiro – Presencial

Raul de Souza - Presencial

**Associação Internacional de Transportes Aéreo – IATA**

Marcelo Pedroso - Presencial

**Junta dos Representantes das Companhias Aéreas Internacionais do Brasil – JURCAIB**

Robson Bertolossi - Presencial

**Associação Brasileira das Empresas de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo – ABESATA**

Ricardo Aparecido Miguel – Videoconferência

**ZURICH-AIRPORT BRASIL – Administradora dos Aeroportos de Florianópolis, Macaé, Natal e Vitória**

Ricardo Bresolin – Videoconferência

Giovani Montibeller - Videoconferência

**LATAM**

Tatiana Novaes Viana - Videoconferência

Ítalo Brito - Videoconferência

**VOE AZUL**

Fernando Daniel Di Mattia – Videoconferência

Camilo Silva de Oliveira Coelho - Videoconferência

**ACI-LAC Conselho Internacional de Aeroportos América Latina e Caribe**  
Ausente

**Associação Latino-Americana e do Caribe de Transportes Aéreos – ALTA**  
Gustavo Gomes Barbosa – Presencial  
Paulo Costa - Videoconferência

**AENA BRASIL**  
Fernando Santiago Yus – Videoconferência

**INFRAMÉRICA**  
Josmário de Brito Alves - Presencial

**Concessionária do Aeroporto de Porto Alegre e Fortaleza – FRAPORT**  
Marcela Ciccotti Hernandez – Presencial

**Associação Brasileira de Aviação Geral - ABAG**  
Flávio Pires - Videoconferência

**GRU – Airport**  
Georges Chaoubah – Videoconferência  
Marcelo Carvalho Cabral de Vasconcellos - Videoconferência  
Alexandre Cesar Avila Freire - Videoconferência  
Jaison Rafael Mello – Videoconferência  
Tadeu Pereira das Neves - Videoconferência

**VINCI Airports - Concessionárias do Aeroporto de Salvador e Aeroportos da Amazônia**  
Thierry Besse – Presencial

**Grupo CCR**  
Jaison Rafael Mello - Videoconferência

**SOCICAM**  
Rafaela Mazzocco Schallenberger  
Mariana Gisoldi Orati

**Norte da Amazônia Airports – NOA**  
Rodrigo Garcia de Barros Lima - Videoconferência

**Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO**  
Luciano de Sousa Cunha – Videoconferência  
Antônio Gomes de Lima Neto – Videoconferência

## **PAUTA**

### **1. ABERTURA**

Secretário Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos e Secretário-Executivo da CONAERO, Tomé Barros Monteiro Franca.

### **2. INFORMES**

- 2.1 Permanência de Passageiros Inadmitidos no Lado Ar do Aeroporto de Guarulhos/SP.
- 2.2 Situação de Emergência no Estado do RS.
- 2.3 Reuniões do G20.
- 2.4 Planejamento do Setor para a COP 30.
- 2.5 Publicação de Resoluções da CONAERO.
- 2.6 Ações Prioritárias da SAC.
- 2.7 Cronograma de Reuniões da CONAERO para 2024.
- 2.8 Informe ANAC - Auditoria USAP-CMA no Brasil, prevista para o período de 26/08/24 a 06/09/24.
- 2.9 Informe ANVISA - Avaliação Externa Voluntária.
- 2.10 Informes DECEA - Aeródromo de Porto Alegre, Adiantamento no pouso, UTM, UAM, Performance ATM e CRUZEX 2024.

### **3. DISCUSSÕES**

- 3.1. ABR - Portaria Debênture: Portaria nº 106, de 19 de agosto de 2021 - em Consulta Pública junto ao Ministério dos Transportes, e necessidade de Consulta Pública no âmbito do Ministério de Portos e Aeroportos.
- 3.2. ABR - Substituição de terceirizados da PF: Portaria nº 15.205-DG/PF, de 30 de junho de 2021 - reflexos nos aeroportos internacionais e necessidade de reequilíbrio; e o rateio de custos de órgãos públicos que utilizam a infraestrutura aeroportuária.
- 3.3. ABR - Cobrança pelas operações do Banco Central nos aeroportos concedidos.

### **4. DEMANDAS À CONAERO**

- 4.1. ANVISA - Integração do SISBRAIP ao eDBV.
- 4.2. AZUL - Inspeção da Bagagem Despachada (DAVESC 04).
- 4.3. EXTRAPAUTA
  - 4.3.1 IATA/JURCAIB - Vistos de entrada no Brasil para passageiros nacionais dos EEUU, Austrália, Canadá e Japão
  - 4.3.2 IATA/JURCAIB - Horário de verão 2024/2025

### **5. ENCERRAMENTO**

## **1. ABERTURA**

O Secretário da SAC, Sr. Tomé Franca, iniciou a reunião agradecendo o acolhimento pela sua chegada e animado com o que tem conseguido entregar, fruto do trabalho da equipe na condução do Sr. Juliano Alcântara Noman, que o antecedeu na SAC, e pelo que ainda vai entregar.

Destacou que esse espaço de diálogo, escuta e participação é fundamental para acertar na política pública e que, nesses últimos dois meses à frente da SAC, foi possível avançar em temáticas importantes, como a conclusão dos trabalhos técnicos da comissão da SECEX CONSENSO com o Aeroporto de Guarulhos; a proposta com relação aos investimentos privados na infraestrutura da aviação regional; o enfrentamento da crise no Rio Grande do Sul em função das enchentes que afetou o Aeroporto de Porto Alegre; e, o Transporte Aéreo de Animais.

Na sequência, o Secretário apresentou sua experiência na gestão pública e sua disponibilidade para receber sugestões e contribuições. Em seguida passou a palavra para a Sra. Thairyne, a qual se apresentou e reforçou a retomada da CONAERO.

O Secretário da SAC concedeu a condução da reunião ao Sr. Thiago Pereira Pedroso, Diretor de Investimentos/SAC, que direcionou para a pauta prevista, conforme segue:

## **2. INFORMES**

### **2.1 Permanência de Passageiros Inadmitidos no Lado Ar do Aeroporto de Guarulhos/SP**

O Diretor de Investimentos/SAC mencionou os comunicados recebidos da Anvisa e do aeroporto de Guarulhos, com relação ao aumento do número de passageiros que estão permanecendo no terminal de passageiros, por não serem considerados expatriados, nem serem ainda admitidos, o que, eventualmente, apresenta um problema de superlotação no terminal.

Com a palavra, o representante da Anvisa citou que o total de inadmitidos chegou a 380 e que a permanência por longo tempo tem gerado problemas sanitários, a exemplo de sarampo, pólio, covid, influenza, o que vem demandando atuação de autoridades para vacinação, atendimentos médicos e controle da situação. Destacou a necessidade de maior celeridade nos pedidos de refúgio.

O Coordenador-Geral de Polícia de Imigração, da Polícia Federal, reforçou que a legislação vigente não atende a situação. Antecipou que está em andamento a construção de uma norma, junto ao Ministério da Justiça, com o objetivo de moderar as solicitações de refúgio, daqueles passageiros, inicialmente, em trânsito. Ressaltou que esta é uma utilização equivocada do refúgio, visto que, após entrada no Brasil, seguem para outros países.

O Presidente da Junta de Representantes das Companhias Aéreas Internacionais do Brasil (Jurcaib), revelou sua surpresa com os dados da Polícia Federal, mas que as empresas aéreas não podem negar o embarque a passageiros na origem, a menos que esteja previsto em lei, o que não é o caso no momento. Esclareceu a diferença entre inadmitido e refugiado e que atualmente a empresa aérea vem sendo requisitada a arcar com a permanência dos refugiados. Como forma de legalizar, propôs que os passageiros das nacionalidades identificadas tenham que portar um visto de trânsito, ou, que talvez a

solução esteja em impedir a entrada no ponto de origem. A questão afeta financeiramente as companhias aéreas, que acabam tendo que arcar com o custo desses passageiros.

Em seguida, o Diretor de Operações de Guarulhos esclareceu que o aeroporto tem atendido todas as demandas da Anvisa atinentes à questão sanitária e reforçou que isso vem causando tumulto no aeroporto, prejudicando a questão operacional, que tem mais de um ano que convivem com essa questão e sem solução a curto prazo. Comentou da limitação do aeroporto na adoção de ações, pois não podem direcionar o pessoal para outros lugares e que aguardam a solução.

O Sr. Paulo Costa, da Associação Latino-Americana do Caribe de Transporte Aéreo (Alta), reforçou que não adianta limitar o problema do refúgio quando o passageiro já está nos aeroportos brasileiros, que são necessárias medidas que impeçam que esses passageiros embarquem na sua origem. Destacou, também, que esse problema não é só do Brasil, mas que os passageiros utilizam o Brasil como chegada no continente americano para ingressar nos Estados Unidos; que esses fluxos têm uma tendência a aumentar, pois quando outros países endurecem as medidas, os traficantes buscam uma nova rota, e a nova rota pode ser o Brasil.

O Coordenador-Geral de Polícia de Imigração retomou a palavra para esclarecer que a ideia não é devolver o passageiro à origem, mas que ele siga para onde comprou a passagem, visto que apenas 1% permanece no território nacional. Acerca de instituir uma lei de visto de trânsito, é um processo que não leva menos de um ano, sendo que a crise é agora e com previsão de que o número dessas pessoas dobre a cada seis meses.

O representante da Alta, destacou que o passageiro não quer seguir ao seu destino do voo sabendo que ele irá ser barrado, ele quer ficar no Brasil para depois tentar, via terrestre e por outros meios, chegar ao seu destino. Quanto ao tempo de um ano para adoção de uma medida, alegou não ser problema, visto ter presenciado reuniões da CONAERO de anos atrás, em que se discutiu exatamente os mesmos pontos.

O representante da ABR, pediu apoio ao Ministério para verificar junto a assessoria legislativa o Projeto de Lei nº 2.459, de 2023, que estabelece a obrigatoriedade de fixação de cartazes em portos e aeroportos falando sobre refúgio, ou seja, contrário ao que está se discutindo na reunião. Citou a importância do trabalho em conjunto e do monitoramento dos Projetos de Lei.

Com a palavra, o representante da ABEAR, reiterou a possibilidade de as empresas aéreas participarem das discussões do que está sendo criado como normativo. Expôs que a Latam, de 1º de julho de 2023 até 31 de maio de 2024, constatou mais de 3.400 pessoas nessa condição no Aeroporto de Guarulhos, o que gerou um custo excessivo à empresa.

O Presidente da Jurcaib mencionou que é ilegal que a empresa aérea custeie essas pessoas, fundamentando-se na Lei nº 13.445, de 2017, e no Decreto nº 9.199, de 2017, artigo 307.

O Diretor de Investimentos/SAC destacou que o assunto é uma questão de política migratória, sendo necessário manter uma lógica de que o refúgio é, de fato, uma política do Brasil para aquelas pessoas que fazem parte de um cenário regular; que a Polícia Federal, o Ministério da Justiça, e eventualmente o Itamaraty vão acompanhar junto da SAC; que é necessário encontrar alternativa de curto prazo e outras ações estruturantes.

Na sequência, o Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade, do MPOR, esclareceu que já foi realizado contato o Ministério da Justiça, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e, principalmente, com a Casa Civil, por envolver recursos. Por fim, informou sobre a criação de um Grupo de Trabalho para tratar do assunto, a ser coordenado pela Assessoria de Participação Social e Diversidade.

## **2.2 Situação de Emergência no Estado do RS**

O Diretor de Investimentos/SAC, destacou que o monitoramento da situação no estado permanece em plena atenção do Ministério, até que seja possível a retomada total das operações no Aeroporto Salgado Filho.

O Secretário da SAC acrescentou que, em reunião com o Ministro e o Governador Eduardo Leite, ficou acertado que os aeroportos de Torres e de Canela terão outorga devolvida à União e a União fará outorga à Infraero, no sentido de que essa possa fazer investimentos emergenciais para tornar esses aeroportos ativos.

Com a palavra, a Presidente da ABEAR, agradeceu ao Secretário da SAC pelo reconhecimento do trabalho, ao tempo que elogiou os envolvidos por fazer a malha continuar existindo no Rio Grande do Sul. Destacou que o foco, no momento, está nas melhores condições para que Canoas possa operar de forma mais ampla e efetiva e, para isso, citou a questão do abastecimento em Canoas, que já está sendo tratado em conjunto com a Força Aérea; e a ampliação de slots, que também envolve Força Aérea.

Informou, ainda, que a Latam ampliou sua operação em Pelotas e comentou sobre a importância de oferecer todo o apoio necessário para que a Fraport possa concluir a obra para retomar as operações no Aeroporto Salgado Filho. Abordou sua preocupação acerca dos aeroportos de Torres e Canela, visto a complexidade para as empresas aéreas na abertura de novas bases, contratação de pessoal ou o deslocamento de pessoal para trabalhar em aeroportos novos e que não tem aeronave ATR disponível. Esclareceu não se tratar de uma negativa, mas de um ponto de atenção à complexidade disso. Com relação à remarcação de passagens aéreas, ela esclareceu que continuam acontecendo com a malha ofertada atualmente, porque as empresas já tinham bilhetes comercializados.

O Secretário da SAC reiterou que nos dias 15 e 16 de julho de 2024, talvez tenha uma data de reativação do Aeroporto Salgado Filho e se houver notícia de uma retomada mais rápida, talvez seja desnecessário investimentos em Torres e em Canela, neste momento.

## **2.3 Reuniões G20**

O Diretor de Investimentos/SAC trouxe o tema da reunião de cúpula do G20 no Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, onde diversos chefes de Estados estarão no país, com repercussão direta no âmbito das operações do Aeroporto Santos Dumont, em que o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA) está estudando um eventual fechamento do espaço aéreo, durante o período do evento. Ressaltou que há uma possibilidade, relativamente, elevada de que não haja operações aéreas no Aeroporto Santos Dumont em decorrência da necessidade de proteção do espaço aéreo. Esclareceu, também, que assim que o COMDABRA fechar essa avaliação, o mais cedo possível será oficializado a todos, para que os eventuais bilhetes vendidos para essa localidade sejam remanejados.

O Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da ANAC alertou que possivelmente devem ser mais dias, devido ao deslocamento das autoridades, reforçando a urgência de uma breve definição para comunicar as companhias aéreas.

A Presidente da ABEAR registrou que os dias 18 e 19 de novembro de 2024, serão segunda e terça-feira, respectivamente, dias nos quais o Santos Dumont, com ponte aérea, tem um impacto significativo na malha, sendo fundamental que a informação oficial seja disponibilizada às empresas aéreas.

Já o representante do Rio-Galeão, informou que o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro decretará feriado nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, e como já tem feriado nos dias 15 e 20 de novembro de 2023, será um grande feriado no período. Esclareceu também que o Rio-Galeão está coordenando com a base aérea do Galeão a questão de estacionamento para todas as aeronaves.

## **2.4 Planejamento do Setor para a COP 30**

Sobre o planejamento da COP30, o evento de agenda climática que vai acontecer em Belém-PA, em novembro de 2025, o Diretor de Investimentos/SAC informou que a SAC está fazendo um acompanhamento junto com a Secretaria Especial criada na Casa Civil para gestão desse evento, a SECOP. Ele esclareceu que o aeroporto foi concedido e o prazo contratual para conclusão das obras é maio de 2026. Dessa forma, estão em análise eventuais antecipações de investimentos que necessitem estar prontos para a realização do evento e uma eventual compensação disso por estar alheio a uma obrigação contratual.

O representante da Casa Civil, comentou que está articulando com a SAC reuniões de 15 em 15 dias até ter o planejamento estruturado e depois manter o monitoramento.

O representante do Vigiagro informou que dispõe de duas funcionárias em Belém para discussão sobre a COP30.

A ABAG se colocou à disposição para cooperação e ressaltou, diante da diversidade de modelos de aeronaves, a necessidade de um plano de serviços auxiliares para o estacionamento e apoio que servem essas aeronaves.

A ABEAR informou que, na oportunidade de reuniões com Belém, a ideia inicial daquele aeroporto é de interditar a pista auxiliar e operar na principal, servindo a auxiliar de estacionamento para aeronaves. Lembrou que, além da COP30, a malha aérea ocorrerá normalmente, sendo importante que todos estejam alinhados no que pode acontecer, principalmente nas contingências.

O Secretário da SAC informou o envio de Ofício à ANAC e à SECOP, manifestando a importância de que as obras sejam antecipadas de forma a atender a demanda da COP30.

## **2.5 Publicação de Resoluções da CONAERO**

De acordo com o Diretor de Investimentos/SAC, das três resoluções aprovadas na reunião da CONAERO, ocorrida em dezembro/2023, falta apenas a publicação de uma, que versa sobre a recriação formal dos Comitês Técnicos, em função da limitação normativa para a participação de cinco membros. Assim, a retomada formal dos Comitês Técnicos está no aguardo de uma atualização do Decreto para superar a limitação.

## 2.6 Ações prioritárias da SAC

Um resumo do que a SAC fez e do que pretende realizar foi apresentado pelo Secretário:

- Lançamento do Programa Asas para Todos;
- Programa de instalação de salas multissensoriais nos aeroportos;
- Programa de Aceleração do Turismo Internacional em parceria com o Ministério do Turismo e Embratur, com possibilidade de novos TEDs para a captação de voos internacionais para o Brasil;
- Alteração legal de destinação de recursos para incremento do turismo. Lei Geral do Turismo em vias de aprovação, com a possibilidade de financiamento para as empresas aéreas por meio do FNAC;
- Redução do preço do QAV em 26%, no período de dezembro de 2022 a junho de 2024;
- Redução do preço das passagens em 27%, de maio de 2022 a maio de 2024. Não é possível afirmar que há uma relação direta, mas o valor do QAV causa um impacto significativo no custo da passagem;
- Finalização da consulta do Plano Aeroviário Nacional – PAN;
- Política de investimento nos aeroportos regionais;
- Alteração legal para permitir a cabotagem aérea;
- Esforço para a redução da judicialização no Brasil, pois são números que saltam aos olhos e isso, naturalmente, tem um impacto significativo também no preço das passagens, na possibilidade de novas empresas virem para o país e de empresas *low cost* entrarem no Brasil.
- Programa Voa Brasil, cujo lançamento será em breve. O Ministro de Portos e Aeroportos fez um combinado com as empresas aéreas, no sentido de garantir os assentos ao longo dos próximos 12 meses, com 3 milhões e 200 mil assentos para a participação no programa. A primeira etapa será lançada para os idosos. Serão 23 milhões de pessoas que poderão ter acesso, que são os idosos aposentados pelo regime geral, pelo INSS, e que não viajaram nos últimos 12 meses. A intenção é trazer para o mercado um público que está fora do mercado da aviação civil;
- Política Nacional de Transporte Aéreo de Animais;
- Plano de ampliação da Infraestrutura Aeroportuária

O Secretário comentou sobre a importância do trabalho conjunto com o setor, a necessidade de trabalhar a imagem e importância da aviação para o país, da sua participação na economia, da quantidade de geração de emprego, da possibilidade de conectividade, especialmente nos momentos de crise, citando o Rio Grande do Sul, enfatizando a participação da aviação em diversos aspectos, como suporte humanitário e de logística.

## 2.7 Cronograma de Reuniões da CONAERO para 2024

A seguir, foi apresentado o cronograma proposto das reuniões da CONAERO: 24 de setembro e 10 de dezembro de 2024.

## **2.8 Informe ANAC - Auditoria USAP-CMA no Brasil, prevista para o período de 26/08/24 a 06/09/24**

O representante da ANAC, esclareceu que o Brasil irá passar por uma auditoria relativa à parte de AVSEC e facilitação, no período de 26 de agosto de 2024 a 6 de setembro de 2024, a ser realizada pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

Serão 498 perguntas que envolvem as atividades de todos os órgãos que estão aqui presentes e da atuação dos órgãos reguladores, serão dois grandes indicadores, um de Sustentabilidade, que mede basicamente a capacidade que o Estado brasileiro tem de supervisionar o setor de aviação, e um de Conformidade, conformidade com o prescrito no anexo 17 e no anexo 9 da OACI, relativos à AVSEC e facilitação.

A ABR comentou a importância de que todos estejam unidos neste processo, especialmente a Polícia Federal que não quer se sujeitar às necessidades que atendem ao requisito, a exemplo de adentrar na área restrita com automóveis, sendo que os aeroportos estão seguindo as regras. Desse modo, solicitou apoio à ANAC e ao MPOR com a Polícia Federal.

O Sr. Rodrigo Borges, do Serviço de Segurança Aeroportuária da Polícia Federal, informou que o assunto já foi pauta de reunião entre ANAC e Polícia Federal e que existe uma contradição normativa, sendo necessário um avanço mais rápido, com a finalidade de dirimir essa dúvida.

O representante da ANAC, sugeriu direcionar o assunto para o CTFAL, por ser um fórum mais técnico e adequado para tratá-lo. A sugestão foi acatada.

## **2.9 Informe ANVISA - Avaliação Externa Voluntária**

O representante da ANVISA deu conhecimento sobre a visita da Organização Mundial de Saúde que ocorrerá em Guarulhos, no dia 30 de julho, dentro do processo de avaliação externa voluntária. Foi uma solicitação da Ministra da Saúde como forma de avaliar as capacidades do Estado brasileiro para enfrentar uma emergência de saúde pública, de importância internacional, a exemplo da Covid-19. Esclareceu que o Brasil ainda não fez essa avaliação externa, sendo que muitos países já fizeram, e que é uma avaliação que ajuda a entender o processo frente às diretrizes internacionais para enfrentar emergências. Por fim, propôs retornar com os resultados da avaliação.

## **2.10 Informes DECEA - Aeródromo de Porto Alegre, Adiantamento no pouso, UTM, UAM, Performance ATM e CRUZEX 2024**

O Tenente Coronel Alessandro, do DECEA, teceu os assuntos daquele Departamento:

- Adiantamento no pouso: tem se observado que, principalmente nos aeródromos com maior movimento, o adiantamento de pouso das aeronaves na aviação regular tem ocorrido com uma certa intensidade e isso dificulta bastante o planejamento do espaço aéreo em como a chegada final no *gate* e a própria capacidade dos setores. Um exemplo grande é o Aeroporto de Congonhas, que teve um adiantamento de 24% no período de fevereiro, março e abril.
- UTM: no segundo semestre de 2023, o DECEA iniciou um projeto colaborativo para a implementação dos gerenciamentos de aeronaves não

tripuladas no Brasil, o BRUTM, com a participação da indústria, academia e demais órgãos reguladores, com vistas ao desenvolvimento sustentável do setor e com a manutenção da segurança operacional na aviação. Esse projeto prevê a implementação do UTM em áreas remotas até 2025, e até 2031, para a implementação nas grandes metrópoles.

- Essa iniciativa permitirá a escalabilidade das operações de drones, na medida em que propõe a integração de dados em tempo real por todos os stakeholders, baseado em protocolos internacionais, por meio de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial e a comunicação 5G.
- OAM: no segundo semestre de 2024, o DECEA irá publicar a Concepção Operacional da Mobilidade Aérea Urbana, OAM, descrevendo as características da aplicação das operações aéreas, considerando novos serviços e regras de operações, no caso de aeronaves elétricas com capacidade de pousar e decolar na vertical, o eVTOL que está em desenvolvimento. A disponibilidade dessa tecnologia tem um caráter disruptivo, uma vez que propõe serviços inovadores relacionados ao transporte de passageiros e de carga, aumento da acessibilidade em localidades remotas ou não servidas por transporte aéreo e como redução do impacto ambiental por utilizar energia renovável. A expectativa é que o início da operação no Brasil ocorra em 2026, inicialmente utilizando a mesma estrutura do espaço aéreo existente.
- Performance ATM: o DECEA disponibiliza uma série de produtos importantes que contém indicadores sobre o sistema de gerenciamento de tráfego aéreo, ATM. Esse material fornece uma visão detalhada e abrangente do desempenho operacional, segurança e eficiência do espaço aéreo brasileiro. Com essas informações possíveis, o pessoal consegue identificar as áreas que necessitam de melhorias, implementações, soluções eficazes e garante que o sistema de controle de tráfego aéreo opere de maneira segura e eficiente. Além disso, esses indicadores auxiliam na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da aviação no país.
- Cruzex 2024: o exercício está programado para ocorrer entre os dias 03 e 15 de novembro de 2024, na base aérea de Natal. Espera-se a participação de aproximadamente 100 aeronaves militares brasileiras e estrangeiras, com esforço aéreo estimado entre 1.200 e 1.300 horas de voo. Em princípio, os países participantes, e que já estão confirmados, serão Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Estados Unidos da América. Espera-se uma coordenação de espaço aéreo eficiente de forma a realizar o exercício com o mínimo de impacto para a comunidade aeronáutica. Posteriormente serão compartilhados os desenhos com as áreas que serão restringidas do espaço aéreo durante o período.

### **3. DISCUSSÕES**

#### **3.1 ABR - Portaria Debênture: Portaria nº 106, de 19 de agosto de 2021 - em Consulta Pública junto ao Ministério dos Transportes, necessidade de Consulta Pública no âmbito do Ministério de Portos e Aeroportos.**

A ABR solicitou a possibilidade de prorrogação do prazo, pois o prazo de abertura da consulta pública e da contribuição foi apenas de 15 dias, sendo que na legislação traz o mínimo de 45 dias. O Secretário concordou com o pleito.

### **3.2 ABR - Substituição de terceirizados da PF: Portaria nº 15.205-DG/PF, de 30 de junho de 2021 - reflexos nos aeroportos internacionais e necessidade de reequilíbrio; e o rateio de custos de órgãos públicos que utilizam a infraestrutura aeroportuária.**

Com a palavra, a ABR destacou o processo de terceirização na Polícia Federal, que são diretrizes internas da Polícia Federal e não tem uma análise de impacto regulatória nos contratos que existem com a ANAC. Acrescentou sobre o envio de solicitações de órgãos públicos, para os concessionários, que não estão previstas nos contratos.

Sobre a suspensão do contrato de terceirizados, o Secretário comentou que a questão será analisada, e que tem um processo a ser cumprido, mas entende que essa nova obrigação é passível de reequilíbrio.

O Sr. Marinho, da PF, solicitou à ABR que fosse nomeado o que realmente a Polícia Federal solicitou e esclareceu que todas as medidas seguem para consulta à ANAC para ver as possibilidades do reequilíbrio. Lembrou também que o governo contingenciou recursos e que afetou contratos.

O Secretário passou a palavra para o Sr. Giovano, da ANAC, que ratificou o corte orçamentário da PF e que não haveria recurso para renovar o contrato. Diante da inviabilidade de novo aporte de orçamento da Polícia Federal, a solução encontrada, junto ao Aeroporto de Guarulhos, foi o reequilíbrio. Citou que a solução existe e, no que for necessário, os aeroportos que tiverem essa necessidade, poderão solicitar o reequilíbrio também.

Considerando divergências de entendimento acerca da necessidade de rateio e áreas administrativas, foi definido o direcionamento do assunto para um comitê técnico, com o intuito de discutir a Portaria nº 143 da Receita Federal.

O Sr. Fausto Coutinho, Subsecretário Adjunto de Administração Aduaneira da Receita Federal complementou que o tema pode ser levado à pauta das CONFACs, que são comitês estabelecidos em todos os aeroportos brasileiros internacionais.

O Sr. Thiago Pedroso propôs a tratativa do assunto no CTFAL.

### **3.3 ABR - Cobrança pelas operações do Banco Central nos aeroportos concedidos.**

A ABR trouxe ao conhecimento uma discussão com os aeroportos que estão atendendo as cargas do Banco Central.

Após o assalto em Guarulhos, algumas medidas de segurança foram implementadas pelo Banco Central, como o acompanhamento de um comboio que entra no terminal, sem treinamento AVSEC, o que demanda atenção especial. Considerando que o aeroporto é responsável pela parte AVSEC no ambiente aeroportuário, é necessário mobilizar uma equipe, acarretando custos. Por fim, a ABR solicitou apoio da ANAC no encaminhamento da questão.

O Diretor de Investimentos/SAC propôs a tratativa do assunto no CTFAL.

## **4. DEMANDAS À CONAERO**

### **4.1 ANVISA - Integração do SISBRAIP ao eDBV quanto as declarações de viajantes de produtos sujeitos a VISA e registros de ocorrências com interdição de produtos sujeitos a VISA, bem como seleção passageiros com sistema IRIS.**

A ANVISA apresentou a demanda pela integração dos sistemas SISBRAIP, que está evoluindo bastante na utilização das informações, com foco na seleção de bagagem acompanhada, na seleção de passageiros e na identificação de riscos, com o eDBV, que é o sistema da Receita Federal, em que o viajante insere informações dos seus produtos, medicamentos, equipamentos médicos etc. Além disso, outra necessidade identificada para o SISBRAIP, é a utilização de soluções de reconhecimento facial para selecionar os passageiros.

### **4.2 AZUL - Inspeção da Bagagem Despachada (DAVESC 04)**

O Sr. Camilo, da Azul, ao abordar o tema da inspeção da bagagem despachada, solicitou que, nesse primeiro momento da inspeção da bagagem despachada, possa ser feita uma operação assistida, para posterior discussão coletiva.

### **4.3 EXTRAPAUTA**

#### **4.3.1 IATA/JURCAIB - Vistos de entrada no Brasil para passageiros nacionais dos EEUU, Austrália, Canadá e Japão**

As Associações reiteraram sua posição contrária a que seja exigida reciprocidade para a isenção de vistos para tais passageiros, ressaltando que, quanto aos tripulantes, tais vistos não devem ser exigidos, protegidos que estão pelo Artigo 3º do Decreto nº 1413, de 07 de março de 1995, que determina que "... Ao tripulante de aeronave portador de Certificado de Membro de Tripulação ou licença válida não será exigido o passaporte ou visto consular".

#### **4.3.2 IATA/JURCAIB – Horário de verão 2024/2025**

Ainda que as associações não tenham posição favorável, ou mesmo contrária, a tal possibilidade, deixaram patente que a determinação, em sendo adotada, o seja o mais brevemente possível, com previsibilidade, para permitir às empresas aéreas o tempo necessário para seu planejamento de rotas, trabalho que será enormemente incrementado com a adoção do Horário de Verão, evitando, assim, problemas para o público usuário, visto que muitas passagens já foram comercializadas considerando a não adoção deste horário.

## **5. ENCERRAMENTO**

O Secretário agradeceu a participação de todos, convocando para a próxima reunião prevista para o dia 24 de setembro de 2024, às 14h30 nas dependências do Ministério de Portos e Aeroportos.